

Parecer n.º 305/2012

Data: 2012.10.16

Processo n.º 300/2012

Queixa de: Joaquim Rosado Tendeiro

Entidade requerida: Diretora do Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais

I - Factos e pedido

1. Joaquim Rosado Tendeiro solicitou à Diretora do Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais (D/CNPRP) *«cópias (em papel ou digital) da aquisição de todas as próteses auditivas que tenham sido adquiridas “sem autorização prévia” no período de 1 de Janeiro de 2011 a 9 de Novembro de 2011, e de onde conste, fatura emitida pela empresa fornecedora de prótese auditiva e o ofício de reembolso enviado ao beneficiário do Instituto da Segurança Social, IP.»*¹
O requerente alega que pretende defender os direitos no que diz respeito ao reembolso de prótese auditiva, ao abrigo da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais.
2. Por falta de resposta atempada, o requerente apresentou queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).
3. Convidada a pronunciar-se, a entidade requerida nada disse.

II - Apreciação jurídica

1. De acordo com a Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), compete à CADA apreciar as queixas que lhe sejam apresentadas contra a falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos (n.º 1 do artigo 15.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º).
Serão deste diploma legal os preceitos normativos doravante mencionados sem qualquer outra referência.
2. O acesso livre e generalizado aos documentos administrativos constitui um princípio geral da LADA (artigo 5.º): *“[t]odos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual*

¹ As transcrições do presente parecer respeitam a grafia original.

compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo”.

A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome, artigo 3.º, n.º 1, alínea a).

Como refere o Acórdão de 31 de agosto de 2011 do Supremo Tribunal Administrativo (Processo n.º 0758/11): “[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

Nestes termos, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer tipo de justificação ou fundamentação.

No entanto, a LADA identifica, algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada - informação nominativa (n.º 5 do artigo 6.º);
- b) Quando os documentos contenham “segredos de empresa” (n.º 6 do artigo 6.º);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6.º).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado².

3. Considera-se nominativo o documento administrativo que contenha, “*acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada*” (alínea b), n.º 1, artigo 3.º). São de classificar como documentos nominativos, por exemplo, os que revelem informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

² J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430.

Nesta mesma perspetiva, dando a palavra ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em 28 de Setembro de 2011, em decisão proferida no Proc. n.º 22/09.6 – IV – e), e citando o Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 31 de Maio de 2006 *«o que se pretende abranger e tutelar é apenas “o núcleo duro da vida privada” e mais sensível de cada pessoa, como seja a intimidade, a sexualidade, a saúde, a vida particular e familiar mais restrita, que se pretende reservada e fora do conhecimento das outras pessoas»*.

Estes documentos são comunicados ao titular da informação neles vertida e a um terceiro se este estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse direto, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade (artigo 6.º, n.º 5).

4. O Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais (CNPRP) é o serviço do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), de âmbito nacional, responsável pela gestão do tratamento, reparação e recuperação de doenças ou incapacidades emergentes de riscos profissionais³, considerando-se assim que o mesmo se encontra sujeito à LADA, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º. Sendo o requerimento tempestivo, cumpre apreciar a questão que deu origem à presente queixa.
5. Está em causa o acesso, pelo requerente, a documentos referentes ao reembolso de próteses auditivas de terceiros no âmbito do regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, alegando aquele que pretende fazer valer os seus direitos.
6. A CADA desconhece se tais documentos existem, mas a existirem, muito provavelmente contém informação de saúde relativa terceiros à qual o requerente só pode aceder se estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse direto, pessoal e legítimo.

No acesso, não autorizado pelo titular, a documentos nominativos, estão em conflito normas respeitantes a dois direitos fundamentais: o direito à *“reserva da intimidade da vida privada e familiar”* do titular da informação (artigo 26.º, n.º 1 da CRP) e o direito de acesso aos *“arquivos e documentos administrativos”* conferido ao interessado na informação (artigo 268.º, n.º 2, da CRP e LADA).

A prevalência de um daqueles direitos fundamentais relativamente a outro deve ser aferida de acordo com o princípio da proporcionalidade.

³ Vide artigo 25.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, IP, aprovados pela Portaria n.º 638/2007, de 30 de maio.

Este princípio, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, decompõe-se em três vertentes:

- a) adequação (as medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias devem corresponder a um meio para a prossecução dos fins visados, com salvaguarda de outros direitos ou bens constitucionalmente protegidos);
- b) necessidade (as medidas restritivas são exigidas para alcançar os fins em vista, por não se dispor de outros meios menos restritivos para alcançar o mesmo desiderato);
- c) equilíbrio (ficam afastadas as medidas excessivas).

Os fins alegados e demonstrados pelo requerente permitirão verificar se o pretendido acesso é adequado, necessário e não excessivo.

Na situação em análise, entende-se que não se justifica o conhecimento pelo requerente do nome dos beneficiários, pelo que, deve ser facultado o acesso aos documentos solicitados ocultando a respetiva identificação.

7. De referir ainda que, conforme dispõe o artigo 8.º, n.º 2, *“os documentos nominativos comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais”*.

III - Conclusão

Face ao exposto, entende-se que, caso existam, deve a entidade requerida facultar o acesso aos documentos solicitados, expurgando a informação que permita identificar os beneficiários.

Comunique-se.

Lisboa, 16 de outubro de 2012

Pedro Delgado Alves (Relator) - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - Helena Delgado António - António José Pimpão (Presidente)